

A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Augusto Vinícius Oliveira da Silva ¹
Ilayne Viana de Almeida ²
Rauany Suziany da Silva Lima ³
Solane Vitória Gomes de Medeiros ⁴

RESUMO

O presente artigo pretende discorrer sobre as contribuições da participação familiar no ambiente escolar para a construção de uma gestão democrática, tomando como fundamentação teórica as contribuições de autores como Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), Silva (2018), Nascimento e Marques (2012), e Bentes, Colares e Soares (2012) que buscam em suas obras apresentar pontos significativos desta relação família-escola com a finalidade de uma gestão democrática e participativa. No estudo em questão, visamos, a partir de uma pesquisa qualitativa, demonstrar as ações da equipe de gestora de uma escola de ensino fundamental na cidade de Caruaru – PE, na busca pela construção de uma gestão democrático-participativa, com o intuito de atrair as famílias para uma maior participação no processo de ensino-aprendizagem e nas atividades realizadas no contexto escolar.

Palavras-chave: Gestão democrática, Participação, Família, Escola.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito que deve ser garantido pela família e pelo Estado, assim como está expresso na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), sancionada em 1996, em seu 2º artigo, e cuja finalidade é “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). Concordando com a LDB, destacamos como muito salutar a participação da família no processo de ensino-aprendizagem do estudante, pois ela promove uma maior aproximação entre os membros da escola, reduzindo desigualdades entre eles, e sobretudo, promovendo uma educação atenta às reais necessidades dos estudantes.

Nesse sentido, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) pontuam a participação como elemento fundamental para garantir uma gestão democrática, e que possibilite a adoção de ações

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, augustoviniuciussilva.avs@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, ilayneviana14@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, rauany.lima@ufpe.br;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; solane.vic@gmail.com;

que promovam uma educação crítica, e da autonomia da escola na livre escolha de seus próprios objetivos e ações, construídas de forma conjunta com a comunidade. É objetivando a participação de todos e todas nas decisões escolares, que o artigo 3º, ainda da LDB, traz a gestão democrática como um dos princípios pelos quais a educação pública brasileira deve se orientar. Mais à frente, no Art. 14, a lei ainda traz outro princípio acerca da participação da comunidade local e escolar em conselhos ou equivalentes, como normas da gestão escolar.

Como toda instituição, a escola também necessita ser administrada, e assim consolidar seu direcionamento curricular. É importante que a gestão não considere apenas a escola, mas também todo o contexto sociocultural no qual ela está inserida, compreendendo as diferentes dimensões dos indivíduos e suas culturas, levando em consideração as multifaces da escola e desenvolvendo uma gestão democrática que atenda às necessidades do contexto.

Contudo, Nascimento e Marques (2012) trazem que a participação familiar na escola se dá cada vez menos na vida escolar das crianças, e que a relação desta primeira com a segunda está inversamente proporcional ao crescimento etário do estudante. Este dado, apontado pelas autoras, evidencia o distanciamento de dois dos principais protagonistas da educação, o que desencadeia diversas problemáticas dentro do âmbito escolar.

Dessa forma, considerando as contribuições que a participação familiar exerce na construção de uma gestão e – consequentemente – um ensino mais democrático, que questionamos: quais são as ações da gestão escolar para uma participação da família de forma ativa nas decisões escolares? Nosso campo é uma escola da periferia da cidade de Caruaru, polo econômico do interior pernambucano. Este estudo foi desenvolvido durante a realização da disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica II na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Centro Acadêmico do Agreste.

A realização do presente exercício de pesquisa nos permitiu uma aproximação com a realidade cultural fabricada na escola da comunidade estudada. Também é válido destacar que o interesse pela temática da participação familiar na escola foi algo que emergiu durante as observações da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica I, sendo apontado como um problema emergente pela docente acompanhada. Salientamos, assim, a contribuição deste estudo para as diversas pesquisas da academia a respeito da importância da participação familiar na escola, contribuindo, assim, para a discussão da temática. Por fim, ressaltamos que os resultados ora aqui apresentados, apontam para a importância da participação integral da comunidade para a construção de uma educação mais livre, plena e democrática.

Partimos do pressuposto de que as famílias não participam de forma efetiva das atividades escolares que necessitam de sua presença, mesmo com as devidas ações da gestão

para incluir o grupo familiar de forma plena, e que por consequência disso há: o prejuízo na participação da vida escolar do estudante; a desigualdade de tarefas entre os agentes responsáveis pela educação (família e escola); a sobrecarga de responsabilidade muitas vezes não legítimas à escola; e sobretudo, a deficiência na formação de uma gestão inclusiva e participativa.

Objetivamos, assim: Analisar as contribuições da participação da família na escola para a construção da gestão democrática. E em nossos objetivos específicos, buscamos: I) Investigar as ações utilizadas pela gestão da escola para uma maior participação da família nas decisões escolares; e II) Investigar o interesse das famílias pela participação na gestão escolar.

METODOLOGIA

Fundamentamos o presente exercício de pesquisa conforme a perspectiva do tipo qualitativa definida por Lüdke e André (1986), que envolve o contato com o campo, a descrição e suas diversas perspectivas. Segundo as autoras, “Os focos de observação nas abordagens qualitativas de pesquisa são determinados basicamente pelos propósitos específicos do estudo, que por sua vez derivam de um quadro teórico geral traçado pelo pesquisador”, sendo assim, no presente trabalho, objetivamos realizar uma coleta de dados sob “uma perspectiva de totalidade, sem se desviar demasiado de [nossos] focos de interesse” (p. 30).

Nesse sentido, como forma de obtenção desses dados, optamos pela “observação participante”, método em que o observador, conforme Minayo (2009) “fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa”. A autora ainda pontua que “o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente” (p. 70), o que nos permitiu observar, de maneira mais próxima, os fenômenos originados a partir da conjuntura estudada. Também utilizamos entrevista semi-estruturada, considerando esta como uma conversa entre os interlocutores, e “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2007, p. 64).

Nosso *locus* foi uma escola da periferia da cidade de Caruaru, interior pernambucano, cuja população atendida é, em sua maioria, de famílias de classe média baixa. Em nossas observações e posteriores análises, buscamos preservar a identidade dos sujeitos participantes deste exercício de pesquisa, dando-lhes nomes fantasia. Assim, à gestora da escola nos

referimos como “Gest. Ângela”; às coordenadoras pedagógicas, “CP. Helena” e “CP. Roselma”; e ao professor, “Prof. André”.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreendermos o que constitui o sentido de gestão democrática escolar, devemos entender, conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a escola como uma organização de unidade social que, através da interação entre os indivíduos, promove como seu objetivo a formação educacional humana. A partir dessa perspectiva, Paro (1996 *apud* LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012) aponta para a administração escolar, sendo esta a junção de dois conceitos, a “racionalização do trabalho” e a “coordenação do esforço humano coletivo” que possibilitam caminhos para a efetivação do objetivo da escola.

Nesse sentido, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) definem que a gestão é “a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos” (p. 438). Assim sendo, Paro (2001) pontua que, considerando seu fim (a educação) e a necessidade do componente democrático, há a necessidade de uma coerência entre os fins e os meios, tendo em vista “que fins democráticos não podem ser alcançados de forma autoritária” (p. 52).

É considerando ambos os pontos destacados anteriormente, que evidenciamos duas concepções distintas de gestão escolar: a concepção técnico-científica e a concepção sociocrítica. Conforme definido por Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a concepção técnico-científica tem como viés perspectiva hierarquizada e verticalizada da gestão, onde a realidade escolar é tomada como “neutra”, e que pode ser organizada através de decisões centralizadas em uma única figura, objetivando “os maiores índices de eficácia e eficiência” (p. 445). Essa visão também evidencia a baixa participação da comunidade escolar nas decisões a serem tomadas, que aqui entende-se como “professores (as), alunos (as), funcionários (as), comunidade local e os familiares” (SILVA, 2018, p. 4).

Por outro lado, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) também atentam para a concepção sociocrítica. Essa segunda visão, conforme descrito pelos autores, tem como característica a agregação das pessoas considerando suas intenções e interações sociais entre si, e com o meio. Assim, a organização da escola, diferentemente da concepção mencionada anteriormente, não é neutra, mas construída com a participação da comunidade escolar e constituindo, dessa forma, uma relação de colaboração nas tomadas de decisões.

Dentro da concepção sociocrítica, podemos delimitar outras três concepções: autogestionária, interpretativa e democrático-participativa. No âmbito deste trabalho, nos deteremos sobre a última. A gestão democrático-participativa, além das características sociocríticas mencionadas anteriormente, também pontua que cada membro dessa comunidade deve cumprir com sua “parte” para com os objetivos da escola, ou seja, a formação do estudante através do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, essa concepção “além de ser a forma de exercício democrático da gestão e um direito de cidadania, implica deveres e responsabilidades”, ou seja, de um lado “implica a participação [coletiva] e objetivos comuns; por outro, depende também de capacidades e responsabilidades individuais e de uma ação coordenada e controlada” (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2012, p. 448).

Compreendemos, assim, a importância da participação da família no âmbito escolar como um importante ponto no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Desse modo, concordamos com Nascimento e Marques (2012) ao definirem o conceito de família por “rede social”, compreendendo que “a constituição familiar ultrapassa os vínculos sanguíneos, de parentesco e de que ela só exista de fato quando apresent[a] mãe, pai e filhos. Aqueles que são responsáveis pelas crianças na escola, [...] são também componentes de sua família” (p. 75).

As autoras ainda definem, nesse mesmo estudo, que essa participação pode ocorrer de duas formas: a direta, quando a família encontra-se na escola para tratar de algum assunto específico, ou quando vão levar/buscar os estudantes; e a indireta, que ocorre via representação em conselhos escolares. Elas também consideram que a ausência da família também configura uma participação, uma vez que a não participação também interfere no modo de organizar a escola.

Nesse sentido, Nascimento e Marques (2012) pontuam que em alguns casos a não participação pode indicar um modo de resistência das famílias a possíveis “julgamentos” da escola com relação a determinadas famílias, ou para “falar das crianças mal comportadas e para apontar as falhas em sua educação doméstica” (NASCIMENTO; MARQUES, 2012, p. 80). Por outro lado, Bentes, Colares e Soares (2012) atentam para a importância dos diferentes pontos de vista e estratégias em ações de determinadas problemáticas que a participação familiar pode proporcionar, “por [essas] viverem a realidade do espaço que a escola está inserida”, o que implica, também, numa valorização da família pois “são chamados a fazerem novas proposições no intuito de melhorar o processo educativo vivenciado na comunidade” (p. 3).

Os autores também apontam que em alguns casos as famílias sentem-se inibidas a participarem dos processos de decisão por não se imaginarem como parte do processo de ensino-aprendizagem, e assim, atribuem essa tarefa à escola:

muitos [pais/responsáveis] delegam a formação de seus filhos por se sentirem incapazes de ajudá-los por seus condicionantes sócio-econômicos, como a falta de escolaridade devida, aliado a isso, usava-se a justificativa da falta de tempo no acompanhamento do processo formativo de seus filhos (Ibidem, p. 7).

Contudo, embora a “correria do dia-a-dia” e as ocupações diversas não permitam um acompanhamento efetivo dos estudantes na escola, compreendemos, conforme Paro (2007), que:

Pode-se pensar em uma integração dos pais com a escola, em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação que, por um lado, é um bem cultural para ambos, por outro, pode favorecer a educação escolar e, isso facto, reverter-se em benefício dos pais, na forma da melhoria da educação de seus filhos (*apud* Ibidem, p. 5).

Assim, corroborando com os autores supracitados, compreendemos que para a construção de uma gestão democrática, é necessária a garantia da participação de toda a comunidade escolar nos processos de decisões da escola, considerando o principal objetivo da escola que é a formação humana através do processo de ensino-aprendizagem, o que inclui não apenas o direito de participação, mas os deveres para com esses objetivos. A partir do exposto, destacamos a participação da família como uma forma de contribuir para a oferta de uma educação realmente voltada aos interesses e necessidades emergentes da comunidade, compreendendo que esta (a família) faz parte da comunidade a qual a escola está inserida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações utilizadas pela gestão para uma maior participação da família

Como foi percebido durante nossas observações, a gestão da escola compreendia a importância da presença familiar na escola, e buscava desenvolver estratégias neste sentido. Segundo conversas com a CP. Helena, a equipe gestora vinha aperfeiçoando métodos e estratégias visando cada vez mais atrair a família dos estudantes para o ambiente escolar. Tais caminhos eram realizados através de Plantões Pedagógicos e encontros que ocorriam estrategicamente em datas comemorativas específicas, como por exemplo, o Dia das Mães e as tradicionais festas do período junino.

Conforme apontado pela CP Helena, a primeira ação do tipo foi a realização do Plantão Pedagógico com os familiares – que consistia em encontros das professoras e professores para tratar de assuntos específicos dos estudantes com os pais/responsáveis. Esses plantões, entretanto, obtiveram uma participação abaixo do que se presumia, não atendendo a quantidade

mínima esperada. A equipe de gestão, representada pela Gest. Ângela, avaliaram que poderiam repensar possibilidades estratégicas objetivando um maior contato entre a família e a escola.

Conforme a Gest. Ângela relatou em entrevista, foi percebido ao longo de conversas com os próprios familiares que eles consideravam os termos “Plantão Pedagógico” e “reunião” como algo “pejorativo”, onde se falava dos “malfeitos” dos seus filhos e com reuniões extremamente expositivas. Tal apontamento se assemelha com o que foi colocado por Nascimento e Marques (2012) como as formas de resistência das famílias a possíveis reclamações e críticas à educação doméstica e aos “malfeitos”. A gestora também relatou que, com base em sua própria trajetória na gestão de escolas, a família geralmente atribui a responsabilidade sobre a aprendizagem do filho integralmente à escola, não compreendendo seu papel no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Pensando nisso, a equipe de gestão resolveu mudar as nomenclaturas para os eventos que envolviam a participação familiar, retirando os termos considerados “pejorativos” – “reunião” e “plantão” –, que deram lugar a termos, nas palavras da gestora, mais “amplos”: “Encontro família-escola”. A estrutura desses encontros também foi alterada, buscando, desta vez, oferecer música ao vivo, apresentações artísticas, e atividades lúdicas e interativas tendo como tema o processo de ensino-aprendizagem.

Hoje não usamos a nomenclatura 'reunião de pais', é 'Encontro família-escola', pois quando a gente usa o termo 'reunião', os pais não veem, pois [acham que] vai tratar algo sobre a aprendizagem do filho, e os pais consideram como responsabilidade da escola. Se eu uso o termo 'família e escola' é algo mais 'grandioso', e mais amplo, que não vai tratar somente do comportamento dos filhos (ENTREVISTA COM A GEST. ÂNGELA).

Assim como a coordenadora afirmou, foi feita uma reunião durante o Dia das Mães neste mesmo formato que conseguiu, embora não de forma plena, elevar de forma significativa o número da participação familiar.

No segundo encontro, o do Dia das Mães, foi realizado o acolhimento das mães, homenagem dos próprios alunos, sorteios, e uma conversa sobre o andamento escolar dos seus filhos ao final do encontro. O resultado, segundo a coordenadora, foi bastante positivo. Cerca de 350 Mães participaram do evento. Algo que, embora não seja ideal, representou um crescimento significativo do número de participação familiar. As mães ainda elogiaram a quebra da aparente hierarquia que havia antes, quando a gestora se disponibilizou a conversar pessoalmente com elas (CP HELENA, EXTRATO DO DIÁRIO DE CAMPO).

A gestora e a coordenadora pedagógica afirmaram que ações como essa seriam refeitas futuramente, sempre atualizando essas estratégias às demandas vigentes, tendo em vista o

resultado bem-sucedido. A CP Helena, como exemplo, relatou as preparações que estavam a ser realizadas visando o Dia da Família, as Festas Juninas e o Dia dos Pais, que aconteceriam em um momento breve.

A partir desses resultados, percebemos que a gestão da escola, embora houvesse começado seus trabalhos no início daquele ano letivo, buscava aperfeiçoar-se de acordo com as demandas que apareciam do contexto local. Também é válido ressaltar, assim como afirmou a CP Helena durante uma conversa, que durante a gestão anterior não havia a preocupação em ações que buscassem aproximar o contexto familiar ao escolar, o que ficou evidente quando ela relatou que “As mães ainda elogiaram a quebra da aparente hierarquia que havia antes, quando a gestora se disponibilizou a conversar pessoalmente com elas” (CP HELENA, EXTRATO DO DIÁRIO DE CAMPO).

Por fim, mesmo com esses avanços, A Gest. Ângela ressaltou que havia muito o que fazer para que as famílias participassem de fato das decisões escolares, o que demandaria novos esforços da instituição nesse sentido, para que então se constituísse uma gestão mais participativa. Todavia, ela considerava válidas as iniciativas já adotadas.

O interesse das famílias pela participação na gestão escolar

Nossos dados também evidenciaram um relevante problema da Educação. Se durante entrevistas realizadas para a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica I, uma das professoras apontou como problema a grande falta de familiares envolvidos na educação escolar dos filhos, durante o presente exercício de pesquisa, pudemos constatar a presença desta problemática.

Inicialmente, ao chegarmos na escola, a Gest. Ângela nos informou acerca de diversos casos de indisciplina aos quais ela estava tentando solucionar. Um deles fazia referência a um aluno que havia pichado um dos muros da escola, e a gestora aparentava estar bastante transtornada com o ocorrido, pois afirmava que “desta vez ia chamar os pais do aluno” (GEST. ÂNGELA, EXTRATO DO DIÁRIO DE CAMPO) para que eles pagassem pela reparação dos danos em prédios públicos. Para além desse caso, durante as observações do penúltimo dia, pouco antes da realização da entrevista, a diretora tentava resolver casos onde duas estudantes estavam discutindo durante a realização de uma aula, e a professora havia orientado que elas fossem falar com a gestora.

Ambos os casos compartilhavam sua origem em alunos do Ensino Fundamental 2 (EF2), onde a Gest. Ângela afirmou, durante a entrevista, ser sua maior dificuldade quanto à carência da participação dos familiares na vida escolar dos estudantes. “Do primeiro ao quinto a participação é maior [...] depois, os pais são ausentes e não existe uma preocupação de se acompanhar. Do 6º ao 9º ano estamos lidando com adolescentes e os pais acham que eles são corresponsáveis, e eles não são” (Ibidem).

A gestora afirmou, ainda, que em alguns casos os pais comparecem à escola, contudo, em sua maioria apenas em casos extremos como os descritos acima; quando não, a presença é pequena. Nascimento e Marques (2012) trazem uma contribuição acerca deste dado, pois em seu estudo perceberam que “[...] os familiares se veem menos responsáveis no acompanhamento da vida escolar das crianças mais maduras” (NASCIMENTO; MARQUES, 2012, p. 80). Essa discussão foi bastante recorrente em todas as fases da pesquisa, fosse durante as observações, onde não percebemos a presença de familiares de alunos do EF2, fosse durante as conversas com funcionários e professores.

Contudo, foi a CP Roselma que foi mais incisiva quanto a este problema e sua solução. Segundo ela, os pais consideravam a escola como um “depósito de crianças”, e não demonstravam interesse pelas atividades que os filhos faziam em ambiente escolar, atribuindo à essa falta de participação, os graves casos de indisciplina que aconteciam na escola. Ela ainda classificou essa participação em uma escala de 0 a 10, onde a participação familiar recebeu um 4. Quanto a uma solução, a coordenadora se disse incrédula, embora tenha afirmado que “o máximo que a escola podia fazer estava sendo feito” (CP ROSELMA, EXTRATO DO DIÁRIO DE CAMPO).

Também percebemos esse mesmo comportamento durante a observação de um evento de significativa importância para a escola e para comunidade, a inauguração da quadra poliesportiva, onde pouquíssimos pais/responsáveis haviam comparecido, e os que lá estavam, eram responsáveis por crianças do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Questionamos a CP Roselma se os pais haviam sido convidados, em resposta ela falou que “sim, entretanto...” e apontou as arquibancadas.

Tais dados evidenciaram a ausência de interesse da família pela participação nas decisões escolares, e isso acarretava em diversos outros problemas, desde a indisciplina

mencionada até quedas bruscas no “nível de aprendizado dos Estudantes” (CP HELENA, EXTRATO DO DIÁRIO DE CAMPO).

De forma geral, tendo em vista o que afirmam Bentes, Colares e Soares (2012), questões de tempo e trabalho foram elencadas como os motivos da ausência dos familiares na escola, ao lado do contexto de vulnerabilidade social vivido pela comunidade. Durante a entrevista, as conversas e observações, a gestora, as coordenadoras, os professores (as) e os demais funcionários da escola evidenciaram a urgência do tema. Assim como trazem Nascimento e Marques (2012), tanto a ausência quanto a presença da família podem ser consideradas como uma forma de interferência, uma vez que a não participação também influencia no contexto escolar.

As participações também aconteciam sempre de forma direta (Ibidem). Para nós, isso evidenciou uma abertura da gestão em relação às famílias, que a partir de caminhos próprios, aproximar os contextos escolar e familiar. Um outro ponto foi a criação do projeto “Cuidar da minha escola”, onde através da iniciativa da equipe gestora eram realizadas reuniões mensais com os representantes das turmas para que eles/as construíssem estratégias de conscientização e combate quanto a depredação do espaço da escola, trazendo os estudantes para as ações e iniciativas a serem realizadas no ambiente escolar.

Embora a concepção de família da escola não tenha sido evidenciada durante nossas observações, alguns dos aspectos mencionamos acima nos remeteram à gestão democrática-participativa. Isso foi colocado, também, pelos professores (as). O prof. André, por exemplo, pontuou que acreditava que a gestão se mostrava relativamente mais aberta e compreensiva nas questões sociais e culturais da comunidade. O relato da CP Helena sobre o Dia das Mães e “a quebra da antiga e aparente hierarquia”, também foi observado e levado em consideração.

Todavia, o que nos chamou mais atenção foi o relato da gestora onde falou sobre como um dos pais não havia gostado das mudanças da grade de horário feitas no início daquele ano letivo, e reclamou à ouvidoria pública da prefeitura municipal. Segundo relatos dos funcionários, a Gest. Ângela convocou o pai para que ele apresentasse suas ponderações, e juntos chegaram a um comum acordo onde concordaram sobre as questões de horário.

Nesse sentido, Libâneo, Oliveira e Toschi, acerca da gestão democrática-participativa, pontuam:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e da sua dinâmica, e suas relações com a comunidade e propicia um clima de trabalho favorável à maior aproximação entre professores, alunos e pais. (LIBÂNEO, OLIVEIRA E TOSCHI, 2007, p. 328).

Assim, as ações da gestão da escola evidenciaram a busca pela construção de pontes de diálogo com a família dos estudantes, evidenciando uma aproximação entre ambos, e objetivando melhores condições de ensino-aprendizagem dos estudantes e construindo, mesmo que ainda não suficiente, uma gestão democrática e participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutido, a relação entre a família e a escola, em alguns casos, é vista apenas como uma via de mão única, onde o esforço realizado para o fortalecimento desta relação se dá apenas de um lado. Compreendemos que ambos os contextos – familiar e escolar – necessitam trabalhar conjuntamente para a efetivação dos princípios democráticos em seu ambiente, objetivando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, e da participação nos processos de tomada de decisão de forma geral. Como observado, a gestão da escola tem se encaminhado para uma gestão democrática paulatinamente, buscando corrigir alguns elementos tradicionais instalados anteriormente, e tentando mobilizar a família dos alunos quanto a importância de sua presença no contexto escolar. Percebemos, assim, que a ausência da família neste processo interfere de maneira negativa no processo de aprendizagem dos alunos, tendo em vista que os pais/responsáveis, muitas vezes, delegam o papel da educação para escola, em detrimento a um trabalho consonante entre ambas as partes.

Entendemos, assim, que as ações que buscam promover essa aproximação entre a família e a escola – fazendo com que a participação familiar não seja apenas para os momentos de possíveis problemas com os estudantes, mas algo contínuo e relevante, no qual a família perceba sua importância e visibilidade no processo decisório e de ensino-aprendizagem –, são importantes e essenciais para o desenvolvimento e planejamento escolar. De forma que, a partir do que foi observado durante a construção do presente trabalho, entende-se que pensar a participação familiar para o contexto da gestão permite não apenas que a gestão se solidifique como democrática, mas que a família tenha consciência de sua importância no processo de ensino-aprendizagem de suas crianças e adolescentes, e compreendam que a educação não é obrigação apenas da escola, mas que também recai sobre sua responsabilidade e eles podem e devem atuar nesta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional**. Lei N° 9.394/96. Brasília, 1996.

BENTES, C. R. A.; COLARES, M. L. I. S.; SOARES, A. V. **Família e escola: uma proposta para a gestão compartilhada**. In: VII Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste. Recife: Biblioteca Anpae - Série Cadernos Anpae N° 13 - 2012, 2012.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. GOMES, R. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Priscila Ximenes Souza do; MARQUES, Luciana Rosa. As Interfaces da Participação da Família na Gestão Escolar. **RBPAAE** - v. 28, n. 1, p. 68-85, jan/abr. 2012.

PARO, Vítor Henrique. **Escritos sobre a educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SILVA, R. A. M. Gestão Escolar Democrática: uma abordagem sobre a participação da família na escola. In: **Anais do 7º epePE Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, 2018.